

Segregação socioespacial no Distrito Federal*

*Sociospatial segregation in the Federal Distrito
of Brazil – Brasilia*

R esumo

A cidade é analisada como produto da divisão social do trabalho, que constrói suas marcas sob os conflitos de classes. O embasamento teórico apóia-se em concepções advindas da teoria social marxiana, as quais, confrontadas com os dados recolhidos, permitem explicitar algumas nuances do processo de segregação socioespacial ocorrido em Brasília, incluindo a região do Entorno, com a focalização da relação centro/periferia (relação essa registrada não apenas entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, mas também no interior dessas cidades e no Entorno do Distrito Federal). Dentre os momentos que caracterizam a divisão do solo a partir de interesses em confronto, próprios da sociedade capitalista, com destaque para o papel do Estado, o foco recai sobre: a relação do Estado com o mercado fundiário; a terra como produto da expansão urbana e a delimitação do espaço social, denominada zoneamento.

Palavras-chave: cidade, segregação socioespacial, território.

A bstract

The city is analyzed as a product of the social division of labor, built in the context of class conflicts. The theoretical framework informing the research is grounded in concepts from the marxist social theory, which, against the background of the data collected, allow for the explicitation of some nuances of the sociospatial segregation process occurring in Brasilia, including the *Entorno* of the Federal District, focusing on the center/periphery relationship (not only between the *Plano Piloto* – the Urban Design or *Pilot Plan* for Brasilia – and the satellite cities, but also inside these cities and in the region of the *Entorno*). Among the moments characterizing land division based on conflicting interests, typical of the capitalist society, with a highlight on the role of the State, focus lies on: the relationship between the State and the land market; land as a product or urban expansion and the delimitation of social space, known as “Zoning”.

Key words: city, sociospatial segregation, territory.



Maria de Fátima Castilhos
Schaeffer

Assistente Social

Mestre em Política Social, UNB.

Secretaria Executiva, Sociedade Brasileira
de Defesa da Criança e do Adolescente.

* Síntese da pesquisa da Dissertação de Mestrado *Constituição do Espaço Urbano e o Processo de Segregação Socioespacial no Distrito Federal*, defendida e aprovada em setembro de 2002, na UNB, sob orientação de Profa. Dra. Maria Helena Rauta Ramos, UFRJ.

Introdução

Dentro do processo de formação das cidades, Brasília apresenta-se como um laboratório de estudos, dada especialmente a sua formação no espaço citadino. Enquanto, de um modo geral, o vetor principal na construção de uma cidade vem de seus habitantes, nessa cidade foi o Estado que promoveu a valorização de grandes áreas com seus investimentos, e segundo uma lógica própria, destinou-as à classe dominante e a grupos sociais abastados, em detrimento de grande parte de sua população, para a qual restaram as terras distantes e menos valorizadas. Nascia, assim, a segregação socioespacial, dentro do próprio planejamento da cidade, sob a égide do Estado, e de acordo com Lojkine (1997, p. 189), há três tipos de segregação urbana: 1) oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia; 2) separação crescente entre as zonas reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular; 3) “funções urbanas” disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc...

Brasília destaca-se no cenário nacional não só pelo projeto urbanístico e arquitetônico de linhas arrojadas em que foi concebida mas, principalmente, por ser a sede dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de onde emanam as decisões que influenciam direta e indiretamente o cotidiano da nação. No projeto original as demarcações do território e das construções no eram esboços predefinidos da coação que se complementou com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), cuja função normativa sobre o espaço urbano decorria da fiscalização que exercia com vistas a que o plano piloto não sofresse modificações.

Desse modo, a construção de Brasília ocorreu na base de uma estrutura planejada, organizada e demarcada originalmente pelo Estado, havendo dentro das projeções grandes reservas de áreas destinadas à expansão da urbanização. Muitas dessas áreas já foram incorporadas pelo capital imobiliário representado pelas grandes construtoras e incorporadoras que regulam o mercado da construção civil; as demais pertencem ainda ao Estado, que detém mecanismos para intermediar a relação de compra e venda, através de processos licitatórios, liberando terras que circularão no mercado fundiário com a transformação do seu uso, agora já sob o domínio do capital. Nos processos de licitação, ganham sempre os grupos sociais melhor posicionados na escala econômica e política, determinada pelas relações sociais de produção, enquanto as frações da classe trabalhadora, deslocam-se para as áreas limítrofes do Distrito Federal, o chamado Entorno, ou concentram-se nas cidades-satélites, ou ainda na periferia destas, tendo em vista o baixo preço da terra, e mesmo a inexistência de valor de troca, em terras distribuídas pelo governo local.

1 Metodologia

Partimos da hipótese de que o Estado, enquanto parceiro privilegiado do capital, exerce a função de delimitar as áreas de que este necessita, facilitando-lhe o livre acesso. O Estado, por meio de instituições especializadas, também controla o uso da terra pelas demais frações populacionais. É do Estado, ainda, a função de aparelhar a cidade com os equipamentos e serviços coletivos, considerados improdutivos pelo capital, e dessa maneira atenuar a luta entre capital e trabalhadores, responsabilizando-se pela reprodução da força de trabalho.

Entretanto, para que a cidade seja um pólo da produção capitalista (com

função privilegiada em um de seus ciclos: produção, circulação, troca e consumo), faz-se necessário que se instale no seu interior um conjunto de dispositivos que estruture a reprodução social, ou seja, a vida em sociedade, sua dinâmica produtiva, cultural, social e política. A propósito da análise de classes sociais, Lojkine (1997, p. 126) enuncia três momentos que se observam na constituição do urbano, ou seja, o processo imediato da produção (fabril), os diferentes ciclos do processo produtivo (metamorfoses do capital) e a historicidade (mutações das classes sociais com o desenvolvimento do capitalismo).

Desse modo, dentro do processo de urbanização da cidade, na particularidade brasileira, consideramos que alguns espaços urbanos, mais que outros, concentram meios de reprodução do capital e da força de trabalho, incorporando efeitos úteis complexos à terra, o que a torna valorizada, pois:

[...] *la urbanización capitalista es, ante todo, una multitud de procesos privados de apropiación del espacio. Y, cada proceso está determinado por las propias reglas de valorización de cada capital particular, de cada fracción del capital. En consecuencia, la reproducción de las condiciones generales urbanas de la producción capitalista se convierte en un problema, o sea, no están garantizadas* (PIQUET, 1987, p.79).

Nossa hipótese principal de trabalho é que, mesmo numa cidade como Brasília, que aparentemente não foi construída para o capital, e muito menos pelo capital (privado), mas para ser a sede do poder político, o espaço urbano subordina-se à lógica do capital, concentrando força de trabalho, aglomerando condições gerais e meios de produção capitalista, fazendo gerar e circular riqueza dentro desta

lógica. Sendo assim, a tendência desse processo é expulsar, para o território desprovido dos efeitos úteis da aglomeração capitalista, as frações mais empobrecidas da classe trabalhadora, distanciando-as do espaço do trabalho e das localidades onde existem as melhores condições de sua própria reprodução.

Para identificar a reprodução das relações sociais na formação do território, bem como na distribuição do espaço social, tomamos a discussão do eixo centro/periferia, e de como essa relação se reproduz no espaço citadino no que se refere à instalação do território produtivo da cidade, com respaldo nas seguintes categorias: condições gerais da produção, meios de produção, classes sociais, processo imediato da produção, processo ampliado da produção, reprodução social e Estado capitalista. A definição dessas categorias teve o suporte das obras de Karl Marx, principalmente *O Capital*, e de outros autores que trabalham a questão urbana a partir dessa perspectiva, tais como Henri Lefebvre, Jean Lojkin, Edmond Preteicelle e Christian Topalov.

Embora várias correntes estudem a concepção de segregação socioespacial, tomamos por base os estudos da Escola de Chicago (surgida no início do século XX, e que predominou até a sua metade) e o pensamento urbano marxista francês (cujo ápice de sua elaboração deu-se entre os anos 1970 e 1980).

A contribuição da Escola de Chicago centra-se no "indivíduo" e nas relações sociais fruto da sua inserção no "organismo" social. Esse ponto de partida deu origem às primeiras interpretações da organização do espaço citadino visto como um mosaico formado pelo contraste harmonioso da segregação socioespacial formada pela divisão social do trabalho. Essa corrente, representada pelo urbanismo funcionalista, apregoava a reforma da cidade via planejamento urbano, a fim de ordenar o espaço social, seja pela

distribuição das funções, ou pela habitação. As categorias homogeneização/heterogeneização para análise do território, originárias da Escola de Chicago, foram recuperadas a partir da concepção marxista.

A corrente marxiana, com autores representados no pensamento sociológico urbano francês contemporâneo – em especial, Lojkin (1995 [edição original de 1976], 1997), Preteicelle (1975, 1994) e Topalov (1978, 1987) –, toma fundamentalmente a segregação social como a reprodução sobre o território da divisão social do trabalho, dando destaque para a intervenção do Estado no ordenamento do espaço urbano, em parceria com as frações hegemônicas e dominantes do capital, as quais contribuem para manter uma dispersão controlada das frações da classe trabalhadora, dentro do processo de reprodução das relações sociais, constituindo uma relação contraditória entre centro/periferia urbana.

Considerando o papel do Estado na formação do espaço citadino, e a disputa que se instala no território, a renda apresenta-se como determinante socioeconômico e provoca uma relação de causa e efeito na ocupação das terras valorizadas e centrais, seja pelas frações altas e médias do capital, ou das áreas com menor valor de troca pelas frações da classe trabalhadora, prioritariamente na periferia. Desse modo, o processo de urbanização no território do Distrito Federal, fruto de uma relação conflituosa entre capital e trabalho, sob a mediação privilegiada do Estado, se reflete na instalação, também privilegiada, dos equipamentos e serviços coletivos (públicos e privados), provocando o distanciamento dos trabalhadores, que são deslocados para a periferia na metrópole.

A pesquisa foi realizada mediante a eleição de três cidades na classificação área nobre (Lago Sul, Lago Norte, Plano Piloto Asa Sul e Plano Piloto Asa Norte); duas na intermédica (Planaltina e Sobradinho) e quatro na periférica (Planaltina, Ceilândia,

São Sebastião e Paranoá). Os dados foram coletados no anuário socioeconômico do Distrito Federal-1998, e parte deles atualizados pela pesquisa do Locuss/UnB, e na Secretaria de Educação-DF. Tomamos para análise os equipamentos coletivos escola e de saúde no Distrito Federal.

2 A relação centro-periferia no deslocamento de frações da classe trabalhadora via transportes coletivos

A orientação funcionalista do projeto da cidade de Brasília, elaborado por arquitetos, tecnocratas e/ou tecnólogos, muito embora se auto-reconhecessem como socialistas, deu ao desenho arquitetônico um traçado retilíneo, sem cruzamentos, onde as ruas foram suprimidas, originando a instalação de amplas vias de circulação, e de comunicação, próprias ao uso do automóvel, em detrimento dos transportes coletivos, o que se constitui importante fator de segregação socioespacial.

Dentro do processo de urbanização, fez-se necessária a instalação das vias de circulação e de comunicação (condições gerais da produção capitalista), o que além de ser uma condição da circulação da produção, propicia também o intercâmbio de uma mercadoria especial: a força de trabalho. Se, de um lado, a mobilidade das frações do capital e das camadas médias se dá mediante transporte individual, para as frações da classe trabalhadora, de menor poder aquisitivo, apenas o transporte coletivo propicia o seu deslocamento urbano, em direção ao trabalho, ou mesmo para a compra de mercadorias para a subsistência. Segundo Lojkin, as vias de comunicação, além de atenderem às necessidades de circulação das frações do capital, também "contribuem para atualizar a repartição espacial dos meios de produção, do

capital e dos meios de consumo” (LOJKINE, apud FORTI, 1979, p. 35).

Em Brasília, a instalação das cidades periféricas foi estratégica, do ponto de vista da rentabilidade dos negócios capitalistas, permitindo somente às suas diversas frações a incorporação dos efeitos úteis da aglomeração urbana, ou do ponto de vista do embelezamento da cidade, ao esconder da burguesia nacional e internacional, o seu próprio produto: a miséria social.

Esta segregação pode ser caracterizada, em primeiro lugar, pelo grande distanciamento do centro, na medida em que as cidades-satélites estão afastadas de Brasília em média 25 km, para as mais próximas, como Sobradinho, e 40 km, aproximadamente, para as mais distantes, como Gama e Planaltina.

Em segundo lugar, há uma menor valorização dos seus terrenos (havendo alguns com valor de troca quase nulo, concedidos pelo Estado aos mais empobrecidos), visto que os ocupantes não portam a escritura pública da propriedade, detendo apenas um título de “posse”. Suas áreas são desprovidas ou mal providas de equipamentos e serviços coletivos, o que faz cair o nível da qualidade de vida.

Em terceiro lugar, há de se considerar o tempo despendido pelos trabalhadores no seu deslocamento para o centro da cidade, o local de trabalho. Além de onerar o orçamento familiar com gastos para sua locomoção, a distância a ser percorrida constitui, de fato, mais um desgaste para o trabalhador, que passa de uma a duas horas no interior de um precário transporte coletivo, expondo sua vida a riscos. Para Farret, (1986, p.60),

[...] o ônus do transporte urbano é significativamente elevado até a faixa de três salários mínimos, mesmo considerando-se só os deslocamentos vitais, casa trabalho.

Em quarto lugar, mesmo que a determinação principal do desenvolvimento da segregação socioespacial seja de ordem material (a reprodução no território da divisão social do trabalho, visível através da distribuição de renda e da infra-estrutura urbana e serviços públicos), há de se registrar outros componentes da segregação socioespacial, talvez de ordem subjetiva, como: a desorganização social e a pobreza latente, as quais constituem-se elementos de discriminação, rotulando e marginalizando os habitantes das áreas tipificadas como periféricas, atribuindo-lhes muitas vezes a conotação de violência, banditismo e vadiagem.

3 A segregação socioespacial e as suas determinações na distribuição dos equipamentos e serviços coletivos

A terra, enquanto instrumento da produção, tem conotação de riqueza natural e, a priori, destina-se à agricultura e às construções, e não tem caráter reprodutível ou monopolizável. O avanço da urbanização e os efeitos úteis instalados na terra, a partir dos meios de comunicação e circulação, mudam o caráter social da terra dando-lhe a conotação de mercadoria, tornando-a comercializável no mercado imobiliário:

[...] o solo é, no entanto, condição de valor de uso da mercadoria-habitação, na medida em que sua situação torna possível o acesso aos valores de uso fornecidos pela aglomeração urbana, e necessários à utilização produtiva e à reprodução da força de trabalho que consumirá a habitação (TOPALOV, 1979, p. 59).

A formação do território, subsumida ao capital e às forças hegemônicas do Estado, tem por base a propriedade fundiária, que estabeleceu o princípio

das trocas e do valor em torno da terra, dadas as condições do processo de urbanização e aglomeração das cidades. Para Lojkine, (1997, p.186), “o solo tem a capacidade de aglomerar, logo, de combinar socialmente meios de produção e meios de reprodução de uma formação social”.

Visto que o urbano é produto das relações sociais no modo capitalista de produção, a valorização do solo dar-se-á por meio das rendas auferidas e incorporadas à terra, enquanto mercadoria. Essas rendas tanto podem estar relacionadas às unidades da produção e extração da mais valia, no caso das rendas diferencial e absoluta, ou à transferência do lucro, quando falamos em renda monopolista. A terra é instrumento tanto da urbanização, quanto da segregação socioespacial, à medida que nela se instalam as condições gerais da produção, determinando, assim, a ocupação no território pelas frações altas e médias do capital, em terras centrais e valorizadas, *versus* as frações da classe trabalhadora, em terras periféricas com baixo valor de troca.

A cidade capitalista concentra tanto as condições gerais da produção quanto os meios de consumo coletivo, sejam eles individuais ou voltados para a coletividade. Os meios de consumo voltados para a coletividade não entram na esfera da produção, mas têm a particularidade de aglomerar os meios de reprodução do capital e do trabalho. Esses meios de consumo coletivos instalam-se no território mediante a intervenção do Estado, visto que são improdutivos ao capital, pois não criam nenhum valor; ao contrário, criam despesas de consumo com a manutenção, por exemplo, dos prédios onde são instalados os equipamentos coletivos. São considerados despesas negativas, do ponto de vista da produção.

O capital, por si só, não tem condições de abarcar sozinho a instalação dos equipamentos coletivos, tendo em vista a quantidade de terra necessária à sua instalação. Assim, o

Estado entra como o agente que financia a terra, pois cabe-lhe a função de repartir no território a aglomeração da produção e de instalar os equipamentos coletivos. Nesse sentido, no processo de urbanização, algumas áreas aglomeram mais equipamentos do que outras, tendo em vista os efeitos úteis incorporados à terra, dos quais o capital se apropria, como: vias de ligação e circulação (pontes, estradas, viadutos etc...), saneamento básico (drenagem de águas pluviais, esgotos, etc...).

Sendo função do Estado equipar as áreas com os equipamentos coletivos, ele mesmo é a causa do esfacelamento na distribuição e manutenção dos equipamentos públicos. Esse esfacelamento, provocado pela improdutividade dos serviços, gera uma apropriação de segmentos públicos pelo capital privado, como educação e saúde, dentre outros. Ao apropriar-se dos meios de consumo coletivo, o capital instala-se em regiões que detêm a aglomeração da produção, usufruindo dos efeitos úteis da produção, tornando rentável a atividade considerada improdutiva e inoperante no segmento público. Para Topalov, a seletividade do Estado em implementar os equipamentos coletivos no território tem uma relação de custo-benefício entre os gastos aplicados, e o consumo final desses equipamentos, ou seja a quem eles se destinam no território. Na análise que efetuamos, esses equipamentos destinam-se às frações altas e médias do capital, as quais ocupam as terras mais valorizadas e centrais.

3.1 Equipamentos coletivos: distribuição das unidades escolares

As escolas públicas do Distrito Federal, atendem, prioritariamente, a pré-escola, o ensino fundamental e o médio. A política educacional em vigor, segue as diretrizes da Lei nº 9.394, de 1996 (conhecida por LDB – Lei

das Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

A pré-escola presta atendimento à comunidade, mas esse atendimento não é obrigatório, e está condicionado à disponibilidade de vagas, as quais são preenchidas mediante sorteio. Complementares ao ensino fundamental, citamos as escolas-parque, projeto idealizado pelo educador Anísio Teixeira, que atende crianças do pré-escolar à 5ª série do ensino fundamental, e oferece atividades socioculturais, a fim de complementar o conteúdo didático das escolas, como: teatro, pintura, música etc... As escolas-parque, atualmente são em número de cinco e localizam-se nas áreas nobres do Plano Piloto, distribuídas na Asa Sul e Asa Norte.

O Plano Piloto (Asa Norte) também sedia uma escola pública de ensino fundamental e médio, reconhecida pela excelência e com altos índices de aprovação no vestibular e no IME (Instituto de Engenharia do Exército). É a Escola Militar de Brasília que oferece 3250 vagas, e atende, prioritariamente aos filhos dos militares e, dentre as vagas ofertadas, 110 destinam-se à comunidade, mediante concurso público (dados fornecidos pela Escola Militar, 2002).

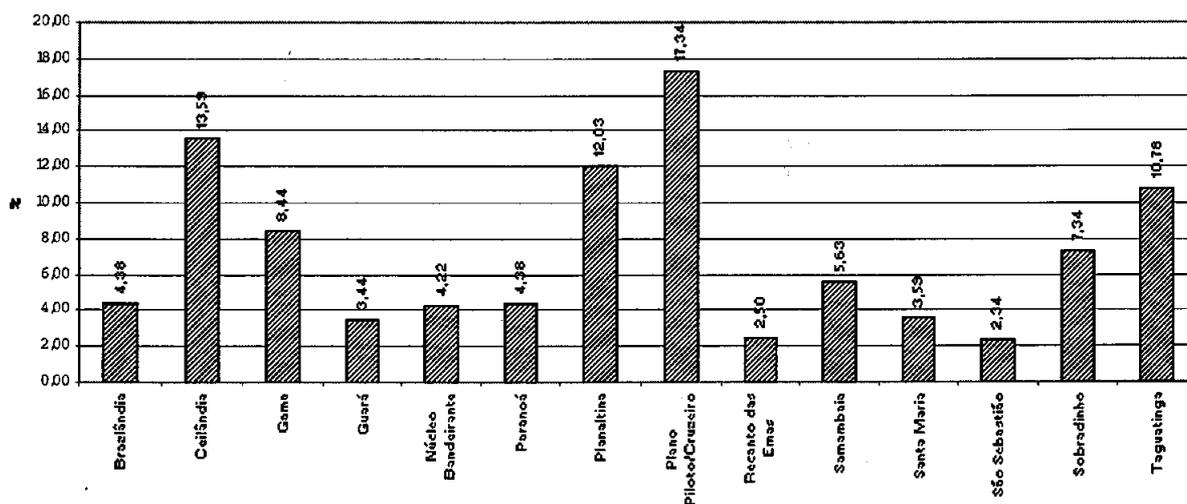
Vale mencionar, entre os estabelecimentos de ensino, as escolas técnicas e agrícolas, aparelhadas para a formação dos adolescentes, bem como da comunidade em geral, as quais situam-se em áreas periféricas. Entre as escolas técnicas voltadas para o ensino profissionalizante que atendem paralelamente alunos do ensino fundamental e médio da rede pública, destacamos a Escola Agrícola de Brasília, que funciona em Planaltina, desde 1962; o Centro de Educação para o Trabalho (CET), na Ceilândia, que oferece cursos profissionalizantes nas áreas de mecânica, corte e costura, marcenaria, artes gráficas, etc.; a Escola Técnica de Brasília, situada em Taguatinga que atende, paralelamente alunos da rede pública, nos cursos de

informática, eletrônica e eletrotécnica. Na Ceilândia existe uma escola pública de excelente nível, mantida pela Fundação Bradesco, que atende o ensino básico, fundamental e médio, voltada para os funcionários da instituição financeira que leva o mesmo nome, além de atender a comunidade, tendo o nível socioeconômico como critério para ingresso. Atualmente, a escola oferece 2900 vagas, das quais 800 destinam-se a cursos de capacitação, como: informática, manicure, corte e costura, artesanato, culinária, etc. (dados fornecidos pela Fundação Bradesco, 2002).

A escola pública, além do ensino fundamental e médio, também oferece o ensino de idiomas (inglês, francês e espanhol) extensivo à comunidade no Centro Interescolar de Línguas (CIL), e existem oito dessas escolas de línguas distribuídas entre áreas nobres, intermediárias e periféricas: Plano Piloto (Asa Sul), Cruzeiro, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Sobradinho e Guará. Entretanto, as escolas públicas do ensino fundamental e de línguas não são autônomas, e subordinam-se a uma gerência centralizada nas Regiões Administrativas.

Atualmente, o Distrito Federal conta com quatorze gerências educacionais, distribuídas entre as 19 Regiões Administrativas. A essas gerências encontram-se subordinadas 640 escolas, das quais 111 unidades se distribuem nas áreas nobres, o que corresponde a 17,34% das unidades escolares distribuídas no território. Dessas unidades escolares, 96 encontram-se instaladas no Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte), duas localizam-se no Lago Norte e uma no Lago Sul. Nas áreas intermediárias, Taguatinga abarca 10,78% das unidades, o que corresponde a 69 escolas, enquanto que nas áreas periféricas, Ceilândia detém 13,59%, o que corresponde a 87 unidades escolares. O menor percentual das unidades escolares entre as Regiões Administrativas cabe a São Sebastião, 2,34%, com 15 unidades escolares (Gráfico 1).

Gráfico 1
Número de escolas por Gerência de Ensino
Fonte.: SEED - 2002



Em relação à instalação e distribuição dos equipamentos, tomando por base os dados (1998) da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), ao confrontarmos Brasília (Asa Sul e Asa Norte), classificada como área nobre, com Ceilândia, classificada como área periférica, verificamos que, em princípio, existe uma equiparação na distribuição desses equipamentos coletivos.

Entretanto, a distribuição desses equipamentos coletivos em relação à população que os utiliza, revela que a Ceilândia concentra 18,80% da população do Distrito Federal, ou seja 1.477,70 hab/km², e detém 15,71% das unidades escolares instaladas no território, enquanto que no Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte), há 15,88% de unidades escolares para atender 11,18% da população do Distrito Federal, que corresponde a 420,70 hab/km². Por outro lado, comparando o Lago Sul que é área nobre, com São Sebastião, região limítrofe desse território, vamos observar que essa relação pouco se altera, considerando os percentuais encontrados, pois na área nobre há 1,18% de unidades escolares para 1,60% da população, o que corresponde a 149,3

hab/km², enquanto que na área periférica existe 2,03% de unidades escolares para 2,43% da população do Distrito Federal, ou seja 115,30 hab/km². Porém, outra variável merece destaque na referida comparação entre Brasília e Ceilândia, ou entre Lago Sul e São Sebastião. Trata-se do fato de as frações altas e médias do capital que habitam as áreas nobres não serem usuárias desses equipamentos coletivos, e quando os utilizam, fazem-no em menor escala, enquanto que em Ceilândia e São Sebastião, habitadas prioritariamente pelas frações da classe trabalhadora, esses equipamentos, além de essenciais, são comumente usados por essas frações.

Temos que considerar ainda, na análise do território, as áreas intermediárias e como os equipamentos coletivos se distribuem entre elas. Tomamos Taguatinga, que detém o maior percentual na distribuição entre a população *versus* os equipamentos coletivos, com 10,81% de unidades escolares para 12,27% da população do Distrito Federal, que corresponde a 1.823,20 hab/km², as quais basicamente residem em habitações verticais. Taguatinga apresenta uma

heterogeneidade no território, seja em relação à renda, seja quanto à distribuição da população, o que denota uma diversificação na utilização dos equipamentos coletivos, já que a área também dispõe de equipamentos coletivos privados.

O Perfil Socioeconômico do Distrito Federal (CODEPLAN, 1999) aponta 696 estabelecimentos escolares, dos quais 245 encontram-se instalados no Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte), que atendem desde creches, ensino fundamental, médio e supletivo. Entre os equipamentos coletivos privados, vale mencionar as escolas estrangeiras que atendem as embaixadas e as frações altas do capital. Destacam-se as escolas Americana e Francesa, localizadas na Asa Sul e a das Nações, no Lago Sul, as quais possuem calendário e conteúdo próprio, diferenciando-se daquele aplicado nas escolas públicas e privadas do Distrito Federal. Quanto aos estabelecimentos privados, voltados ao ensino de línguas estrangeiras, não foram mencionados no Perfil Socioeconômico do Distrito Federal.

Em relação aos equipamentos privados que atendem o terceiro grau (ní-

vel superior), em 1999, as áreas nobres, formadas por: Lago Sul, Lago Norte, Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte), detinham o maior número de equipamentos instalados, totalizando 20 estabelecimentos. Entre as áreas intermediárias, destacamos Taguatinga onde se localiza a faculdade privada mais conceituada do Distrito Federal, a Universidade Católica de Brasília.

3.2 Equipamentos coletivos: distribuição das unidades de saúde

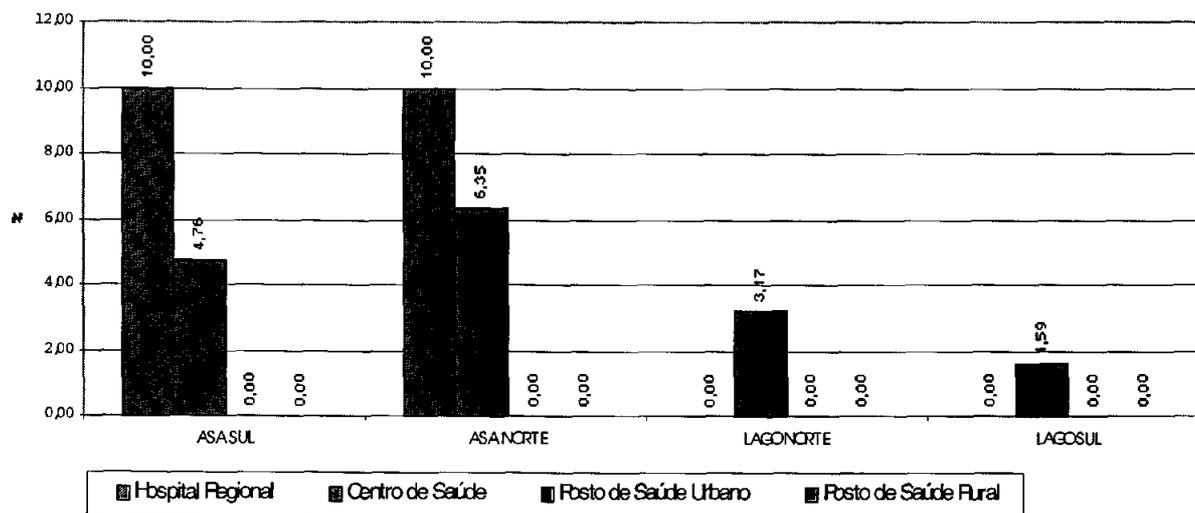
O Distrito Federal é tido como referência local e nacional, sendo usual-

mente procurado por habitantes das regiões limítrofes, e os dados da Secretaria da Saúde, em 1999, indicavam que "40% dos pacientes atendidos na capital eram de Goiás, Minas e Bahia" (UMA HISTÓRIA..., 2000, p. 135).

Os equipamentos coletivos voltados para a área da saúde, como hospitais regionais, postos de saúde urbanos e rurais, centros de saúde, hospitais psiquiátricos, distribuem-se no território da mesma maneira que as unidades escolares, ou seja, de forma concentrada. Os hospitais regionais são em número de 10, e localizam-se entre as áreas nobres, intermediárias e periféricas, e o atendimento aglomera determinadas regiões.

Dentre as áreas nobres, o Plano Piloto agrega o maior número de hospitais, bem como de postos de saúde. Os percentuais encontrados equiparam-se na Asa Sul e Asa Norte, pois ambas detêm 10% da instalação desses equipamentos coletivos. Por outro lado, em relação aos centros de saúde, a Asa Norte fica com 6,35% dos equipamentos instalados, enquanto que nas demais áreas nobres esse percentual decresce, para 1,59%. No Lago Sul, o número é insignificante, se tomarmos por base de comparação a densidade demográfica da região, que é 149,3% hab/km² (Gráfico 2).

Gráfico 2
Sistema de Saúde - Número de Unidades por Região Administrativa
Distrito Federal - Áreas Nobres
Fonte: GDF - SES Relatório Estatístico, 2000

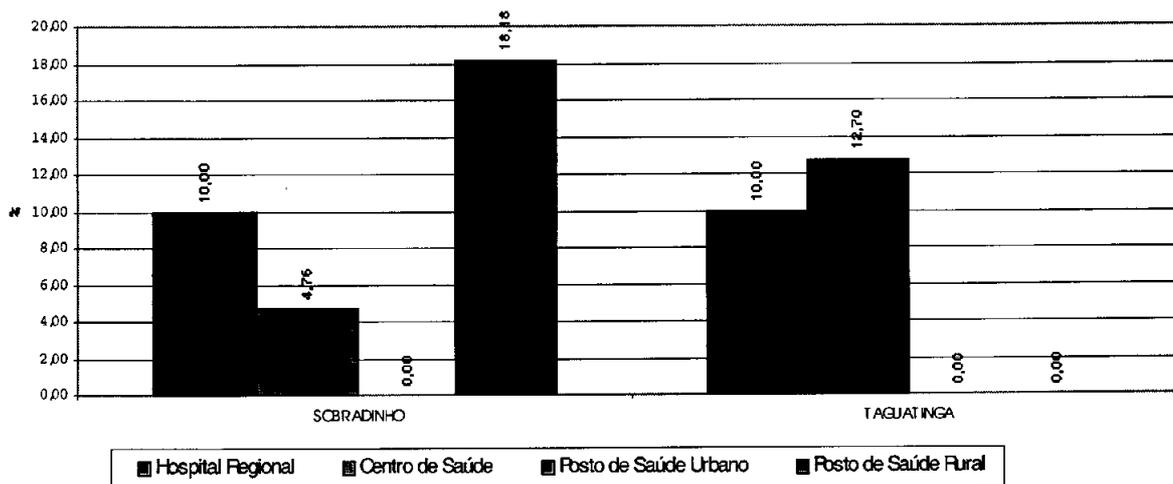


Em relação às áreas intermediárias, Sobradinho, onde as atividades produtivas da população estão concentradas no campo, detém a maior índice de equipamentos concentrados na área rural, com 18,18% dos postos de saúde rurais, enquanto que, na área urbana, situam-se 4,76% dos

centros de saúde. Se compararmos duas regiões limítrofes no território, Sobradinho, classificada como área intermediária, e Planaltina, classificada como área periférica, verificaremos que a população desta também concentra as suas atividades produtivas na zona rural, e dessa ma-

neira, o número de equipamentos coletivos instalados na zona rural corresponde a 27,27% dos postos de saúde. Entre as regiões, São Sebastião, detém o menor percentual de postos de saúde na zona rural, com 4,55% das unidades instaladas no território (Gráfico 3).

Gráfico 3
Sistema de Saúde - Número de Unidades por Região Administrativa
Distrito Federal - Áreas Intermediárias
 Fonte: GDF - SES Relatório Estatístico, 2000

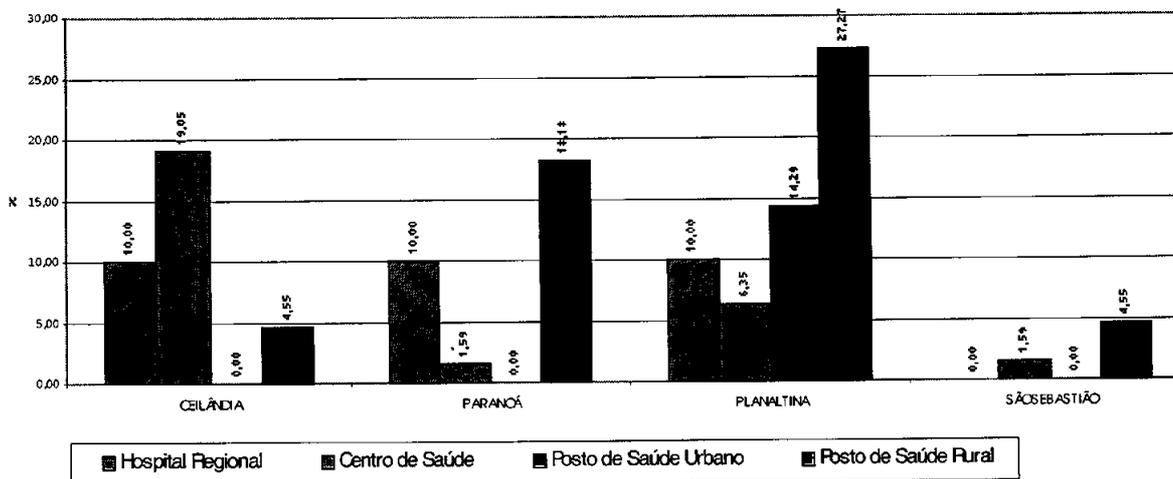


Entre as áreas periféricas, Ceilândia detém o maior número de centros de saúde, com 19,05% das unidades instaladas e o menor

percentual cabe a São Sebastião e Paranoá, cidades periféricas que detém o mesmo índice, ou seja 1,59%, lembrando que essas cida-

des são habitadas prioritariamente pelas frações da classe trabalhadora (Gráfico 4).

Gráfico 4
Sistema de Saúde - Número de Unidades por Região Administrativa
Distrito Federal - Áreas Periféricas
 Fonte: GDF - SES Relatório Estatístico, 2000



Quanto à distribuição dos equipamentos entre as regiões, não achamos pertinente a comparação, haja vista as concentrações desses equipamentos no Plano Piloto que é área nobre. Com exceção, dos postos de saúde rurais e dos centros de saúde urbanos, instalados nas áreas nobres, intermediárias e periféricas, os hospitais, excluindo Asa Sul e Asa Norte, não se distribuem equitativamente no território, pois em algumas cidades não existe esse equipamento coletivo e a população depende sobremaneira daqueles situados em outras localidades ou regiões.

Quanto aos equipamentos privados de saúde, tal como os públicos, aglomeram-se nas áreas nobres do Distrito Federal, repartindo-se de maneira desigual no território, principalmente nas áreas periféricas. Dentre os hospitais privados, o Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte), concentra 9 unidades; Taguatinga, 2 unidades, enquanto que na Ceilândia existe apenas um hospital privado. Para finalizar, merecem destaque as clínicas particulares especializadas em: cardiologia, dermatologia, radioterapia, oftalmologia, medicina estética etc..., os consultórios médicos, odontológicos, bem como os laboratórios de análises clínicas, e inúmeros outros serviços, os

quais não foram mencionados no Perfil Socioeconômico do Distrito Federal.

3.3 Segregação socioespacial versus qualidade de vida

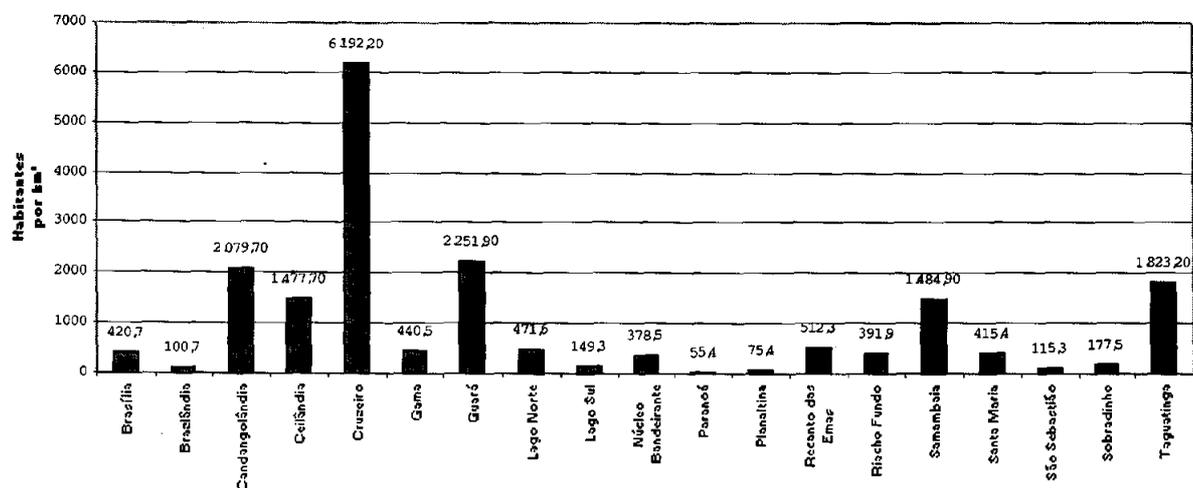
A Organização das Nações Unidas (ONU) e os institutos de pesquisas, como o Instituto de Planejamento e Estudos Aplicados (IPEA), apontam alguns indicadores para auferir o índice de desenvolvimento humano, como: renda *per capita*, instalação de equipamentos coletivos, saneamento básico, água potável, coleta de lixo, densidade demográfica, vegetação por habitantes, dentre outros. Brasília, Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis são apontadas com altos índices de qualidade de vida, quanto a moradia, deslocamento no espaço citadino, custo de vida, trabalho, dentre outras. Segundo a Codeplan, entre as capitais brasileiras, Brasília detém 100m² de áreas verdes por habitante, porém o significado dessa informação pode revelar uma controvérsia no território do Distrito Federal, dado que essa mesma variável pode indicar também a precariedade dos equipamentos coletivos na periferia. Ao compararmos o centro ou Plano Piloto (Asa Sul e

Asa Norte) com a periferia, de acordo com as variáveis designadas para apontar a qualidade de vida, verifica-se que as regiões periféricas estão aquém da qualidade de vida auferida no Plano Piloto, seja em relação à distribuição da população versus vegetação, seja pela renda ou ocupação territorial.

Os equipamentos coletivos, que também embelezam a cidade e proporcionam altos índices de qualidade de vida, podem ser encontrados nos parques, nas estâncias hidrominerais, nas árvores plantadas nas vias de circulação e nas quadras residenciais.

A percentagem de arborização no espaço citadino pode ser associada também à densidade demográfica, que aponta uma relação entre a população e a área ocupada no território. As áreas nobres apresentam parca concentração da população, por exemplo, no Lago Sul, habitado pelas frações altas do capital, que priorizam habitações horizontais, a densidade demográfica atinge 149,30 hab/km²; na Ceilândia, classificada como área periférica, a população concentra-se em habitações verticais, o que eleva a densidade demográfica para 1.477,70 hab/km² (Gráfico 5).

Gráfico 5
Densidade Demográfica segundo as Regiões Administrativas
Fonte.: IBGE- Censo 2000



Outro fator associado à qualidade de vida, refere-se ao tamanho das habitações e à área do terreno que ocupam, revelando um dos antagonismos que se formam no território. Nas áreas nobres, por exemplo, no Lago Sul, 11,75% das famílias residem em terrenos com área superior a 600m², e além de contarem com equipamentos coletivos e vias de circulação material e social existentes no território, as residências são dotadas de infra-estrutura própria, com área verde e jardins, piscina, quadra de esportes, churrasqueiras, hortas, etc... Nesses antagonismos, demarcados nos espaços residenciais no Distrito Federal, estão imbricados a renda média mensal familiar, assim como as ocupações profissionais, as quais se reproduzem no espaço urbano da divisão sociotécnica do trabalho. Nas áreas periféricas analisadas predominam as construções com até 40m² de terreno e, na maioria das vezes, essa é também a área construída da habitação. Nessa relação, o Paranoá detém o maior percentual, com 35,33% das famílias residentes em terrenos com até 40m². Por outro lado, em São Sebastião, 0,14% de famílias residem em área superior a 600m², nos chamados "condomínios irregulares" ou passíveis de regularização. Se neste caso, a área ocupada do terreno pode equiparar-se à dos moradores do Lago Sul, entretanto não se podem equiparar as instalações dos equipamentos coletivos no território, bem como a qualidade de vida usufruída nas áreas nobres, visto que as famílias convivem em espaços ínfimos, de até três cômodos, em casas semi-acabadas, desprovidas de saneamento básico e de arborização. Esse quadro é constatado na maioria das cidades periféricas do Distrito Federal, as quais são habitadas, prioritariamente, pelas frações da classe trabalhadora, que ocupam na divisão sociotécnica do trabalho, funções sem qualificação e de baixa remuneração.

Em relação à ocupação dos terrenos, as áreas intermediárias não dife-

rem muito das periféricas, haja vista que, em Taguatinga, considerada a segunda cidade mais importante do Distrito Federal, apenas 0,31% das famílias residem em terrenos acima de 600m². Por outro lado, na mesma área há 21,19% das famílias residindo em terrenos de até 40m². Isso denota a heterogeneidade da cidade, seja na distribuição da renda, ou no ordenamento territorial segundo o modo capitalista de produção.

As áreas periféricas, além de serem ocupadas prioritariamente pelas frações da classe trabalhadora, concentram-se em poucos espaços no território. Essa aglomeração, aliada à instalação deficiente dos equipamentos coletivos, contribui para que tenhamos no território uma outra face da segregação socioespacial, gerada pelos índices que apontam a qualidade de vida. De um lado, as áreas nobres, ocupadas pelas frações altas e médias do capital, distribuem-se em espaços amplos e bem equipados, em setores valorizados, usufruindo da alta qualidade de vida apontada no Distrito Federal, e, por outro lado, na periferia, esses antagonismos se manifestam, seja em relação à ocupação do espaço, seja em relação à distribuição da renda e ocupação profissional.

Conclusão

Brasília, projetada dentro da perspectiva funcionalista, promove a partir da organização espacial, bem como da divisão sociotécnica do trabalho, a segregação no território. Em outras cidades, a segregação manifesta-se de maneira natural, com a ocupação gradativa das áreas menos valorizadas e distantes do centro pelos menos aquinhoados; porém, em Brasília, a ocupação do espaço citadino é produto das ações estatais em parceria com o capital, os quais, desde a concepção da nova capital, determinaram a distribuição socioespacial.

A terra, que tem conotação de riqueza natural, de caráter eminente-

mente agrário, é o suporte para o processo de produção capitalista. O avanço das cidades e da urbanização fez com que as terras rurais sucumbissem ao desenvolvimento urbano, aumentando a massa dos desvalidos no espaço urbano. Assim, à medida que se instalam no território, as condições gerais da produção determinam o uso e a ocupação das terras centrais e valorizadas, onde se instalaram, prioritariamente, as frações altas e médias do capital, em oposição às frações da classe trabalhadora, que se localizam em terras periféricas com baixo ou nenhum valor de troca.

A terra, além de servir como meio de troca nas relações capitalistas, serve também aos interesses de governantes e políticos, que utilizam-na como mercadoria para promover a ocupação territorial.

As ações populistas, desencadeadas na gestão juscelinista, cujo objetivo foi o desenvolvimento e a ocupação do território, estabeleceram-se "mediante alianças entre a burguesia industrial e a oligarquia rural" (SCHIMIDT e FARRET, 1986, p. 17). As ações de caráter populista não são exclusivas de governos autoritários e tecnocratas do passado. Podem ser identificadas na atualidade, na ação de governantes tidos como modernos e inovadores, que se utilizam da terra e do imaginário popular em relação à propriedade privada e à habitação para manterem-se no poder.

Consideramos que, atualmente, em Brasília, se reproduz fenômeno

similar, com o uso dessa ideologia, uma vez que o governador Joaquim Roriz, em seu terceiro mandato desde o final da década de 80, se utiliza das ações do Estado, mediante a distribuição de terras públicas para promover a ocupação do espaço territorial, com a justificativa de "ajudar os pobres" (GONÇALVES, 1998, p. 122), e promover a "desfavelização" da metrópole, sem qualquer planejamento e infra-estrutura.

Posteriormente, essas ações se concretizaram mediante a criação, ocupação e adensamento das cidades periféricas, prioritariamente pelas frações inferiores da classe trabalhadora, abrindo uma contradição: de um lado, o poder estatal concede terra aos trabalhadores, em busca de melhores condições de vida e do acesso à propriedade privada; por outro lado, provoca um inchaço habitacional, com a renovação desordenada de correntes migratórias.

Atualmente, Brasília, tombada pelo patrimônio histórico, ainda passa por processos de urbanização, tomando forma de metrópole polinucleada (PAVIANI, 1996), que assumiu uma dispersão planejada no território, com alto índice de densidade populacional, devido às restrições decorrentes do tombamento histórico da cidade e do monopólio capitalista que se formou em torno da terra. Os agentes imobiliários, dentro das novas determinações do território, não permitem que se instalem no espaço citadino as frações da classe trabalhadora, dado o preço da terra, que é incorporado às habitações, tornando-as inacessíveis a essa fração do capital.

Na perspectiva marxiana que procuramos adotar, as políticas urbanas, de iniciativa do poder público, mantêm uma correspondência com as relações de produção, e têm as marcas do regime político que vigora no Estado nas conjunturas determinadas em que se inscrevem (democracia populista, regime autocrático burguês etc.). Portanto, as políticas urbanas

são direcionadas fundamentalmente para atender aos interesses da burguesia, podendo elas ser analisadas como uma contra-tendência à lei da queda da taxa de lucro, já trabalhada por Marx em *O Capital*, contribuindo para garantir a rentabilidade do capital nos níveis desejado.

Mas as políticas urbanas, na sua lógica contraditória, também são resultados das lutas de classes, decorrentes de um confronto aberto ou latente entre capitalistas e trabalhadores. Lutas urbanas foram registradas ao longo da história da classe operária brasileira, levando, na cidade de Brasília, ao processo de expulsão de faixas menos favorecidas de trabalhadores para sua periferia, fazendo surgir as cidades satélites, manifestação no território urbano dos antagonismos de classes, mesmo que secundários, entre trabalhadores/consumidores e gestores públicos.

Os conflitos que se manifestam no interior do espaço citadino relacionam-se ao acesso desigual que detêm as frações da classe trabalhadora na divisão sociotécnica do trabalho, seja na distribuição da renda, na ocupação do solo, ou na distribuição dos equipamentos e serviços coletivos no espaço territorial. As frações da classe trabalhadora, além de ocupar, na divisão sociotécnica do trabalho, as funções sem especialização e com baixa remuneração, ocupam as áreas periféricas, distantes dos meios de produção, obrigando os trabalhadores, cotidianamente, ao percurso de longas distâncias, em equipamentos coletivos precários, no deslocamento centro/periferia.

Para finalizar, destacamos que o estudo da cidade não é estanque, pois as metamorfoses que se processam no seu interior mudam de acordo com os interesses capitalistas e com a nova ordem global. Esta abordagem, de como se processa a segregação socioespacial no território, visou apontar as suas determinações, e poderá ter continuidade em futuras pesquisas pela via do espaço social e de como

se processa a urbanização na atualidade, ou enfocando a ocupação irregular por meio de condomínios, estratégia usada pelas frações médias do capital, que se processou em Brasília a partir da década de 1990.

Recebido em 18.11.03. Aprovado em 23.12.03.

Referências

- CODEPLAN. *Anuário Estatístico*. 1999.
- _____. *Mapas das Regiões Administrativas do Distrito Federal*. 2001.
- _____. *Perfil Socioeconômico do Distrito Federal*. 1999.
- COULON, A. *A escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 1995.
- FORTI, R. (Org.). *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- GONÇALVES, M. da C. V. *Favelas Teimosas: lutas por moradia*. Brasília: Thesaurus, 1998.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. Existe uma renda fundiária urbana? In: FORTES, R. (Org.). *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo Ciências Humanas, 1979. p. 81-91.
- MARX, K. *O Capital*. 16.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- PAVIANI, A. (Org.). *A conquista da cidade*. Brasília: UnB, 1991.
- _____. *Brasília, moradia e exclusão*. Brasília: UnB, 1996.
- PIQUET, R. P. da S. Intervención del Estado en el ambiente urbano. In: TAVARES, H. M. et al. *La cuestión del desarrollo urbano: textos*

didáticos. Rio de Janeiro: Publipur, UFRJ, 1987.

PRETECEILLE, E. *Equipaments collectifs, structures urbaines et consommation sociale*. Paris: Centre de Sociologie Urbaine, 1975.

_____. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L. C.; SANTOS. *Globalização fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RAMOS, M. H. R.; GOMES, M. de F. M. *Espaços residenciais no Rio de Janeiro: elementos de homogeneização e heterogeneização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

SCHMIDT, B. V.; FARRET, R. L. *A questão urbana*. Rio de Janeiro Zahar, 1986.

TOPALOV, C. *A urbanização capitalista: alguns elementos para sua análise*, México, 1978.

_____. *Ganancias y rentas urbanas: Elementos teóricos*, Madrid, Siglo XXI, 1984.

_____. Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil. In: FORTES, Reginaldo (Org.). *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo Ciências Humanas, 1979. p. 53-80.

UMA HISTÓRIA que continua sendo escrita. *Revista Brasília 40 anos*. Brasília, abr., 2000. [Encarte especial do jornal Correio Braziliense].

Maria de Fátima Castilhos Schaeffer
castilhos61@hotmail.com
fafa21@bol.com.br

SQN 309, Bl-P, Aptº 303, Asa Norte
Brasília – DF
CEP: 70755-160